

POLÍTICA
PÚBLICANau
sem
rumo

Klecius Henrique
Da equipe do **Correio**

Há exatamente um ano e meio, produtores culturais, músicos, cineastas, artistas e a própria comunidade de Brasília têm procurado resposta para uma pergunta: Qual a política cultural do Governo do Distrito Federal? Para muitos, a resposta é tão direta quanto a questão: "Nenhuma." Há, entretanto, quem aponte o projeto *Arte Por Toda Parte* e o tradicional Festival de Brasília do Cinema Brasileiro e a montagem de espetáculos de ópera como resultado de uma política cultural em vigor.

"Não vejo política para área cultural nesse governo. O que há são eventos, como o *Arte Por Toda Parte*. Está na hora de se

tirar uma política cultural séria. A secretária de Cultura, Maria Luiza Dornas, é altamente sensível às reclamações dos artistas, mas o conjunto do governo não é", critica o cineasta Vladimir Carvalho, 65 anos, que finaliza o documentário *Barra 68*.

Sem planos definidos, a Secretaria de Cultura tem se restringido a tocar alguns poucos projetos, como os já citados, o que tem provocado um clima de letargia. A sensação de vazio, acredita Vladimir Carvalho, se deve ainda à "desmobilização" da lei local de incentivo à cultura, a chamada Lei Magela, o que também seria símbolo "do desinteresse do GDF" pela cultura brasiliense. O cineasta argumenta ainda que, se a lei foi "desmobilizada", o governo deveria ter criado legislação se-

melhante para substituí-la. Em estados como Rio, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul, a combinação das leis local e federal tem ajudado os produtores a driblar a crise econômica.

"Se a Lei Magela não servia, deveriam ter criado outra. Isso é prova de que o governo não tem interesse pela cultura. Na verdade, essa história da lei de incentivo, desde o governo do PT, tem esbarrado na figura do secretário de Fazenda, para quem cultura não é mais do que agricultura", entende o diretor de *Conterrâneos Velhos de Guerra*.

A Secretaria de Cultura, na visão do produtor James Fensterseifer, 34 anos, tem investido somente em projetos que interessam ao próprio governo, de

SILÊNCIO
SEPULCRAL

A secretária de Cultura, Maria Luiza Dornas, foi procurada diversas vezes pelo Correio Braziliense. A assessoria de imprensa informou que Dornas não receberia a reportagem do jornal, mas concederia entrevista por escrito. No dia 12 de junho, fax com 15 perguntas foi enviado a ela. Segundo a assessoria, Dornas teria respondido as perguntas. Mas em 27 de junho o Correio foi informado de que a secretária havia desistido de enviar as respostas. Mais uma vez Dornas se recusa a falar sobre cultura.

cunho popular. A preocupação com o *marketing* do tipo *veja-o-que-eu-estou-fazendo*, avalia

Nacional, definido este ano — 4 mil Ufirs por dia (cerca de R\$ 4,2 mil). A taxa, acredita o

produtor, afetou diretamente a vida cultural da cidade.

LONGE DOS PALCOS

O produtor da companhia de dança Anti Status Quo, Marconi Valadares, acredita que a Secretaria de Cultura peca por não ter criado política de fomento à produção, seja por meio de incentivo a fundo perdido ou de editais como os dos prêmios Aluísio Batata (teatro), Renato Russo (música) e Filma Brasília (cinema). "É preciso criar mecanismos que apoiem o artista para que ele chegue ao teatro. E ainda projetos de formação de platéia", diz o produtor. O ator Murilo Grossi concorda. Querida que houvesse mais apoio à produção do que eventos expostos na mídia.

"O que vemos é a tentativa de substituição de projetos que existiam. A cidade não está mobilizada culturalmente. Uma coisa é fazer um show de música, outra é uma política de consistência. Fazer cultura é fomentar, trabalhar em cima da perenidade. O que a Secretaria de Cultura está fazendo é reflexo do governo Roriz em todas as áreas: puro *marketing*. As poucas ações são voltadas para se tirar saldo político", avalia Grossi.

Presidente do Conselho de Cultura do DF, Plínio Mósca é diplomático. Para ele, há, mesmo que insuficiente, uma política cultural em Brasília. "O *Arte Por Toda Parte* e a valorização do Teatro Nacional Claudio Santoro são políticas. O primeiro demonstra preocupação com a comunidade carente. O segundo é um resgate por meio de cultura de vitrine, transformando a Villa-Lobos numa sala de ópera e espetáculos consagrados."

Em 20 anos de teatro, o ator e diretor Plínio Mósca diz que só se apresentou uma vez na Villa-Lobos — em 1985, com a peça infantil *1, 2, 3 — Quem Quiser Conte Outra Vez*.

